
A Projecção da identidade cultural angolana e o papel das Instituições de Ensino Superior: um ensaio reflexivo estratégico

The Projection of angolan cultural identity and the role of Higher Education Institutions: a strategic reflective essay

La Projection de l'identité culturelle angolaise et le rôle des Institutions D'enseignement Supérieur: un essai réflexif stratégique

Kelsom Chavonga¹

Instituto Superior Politécnico Maravilha, Angola
k.chavonga@ispmaravilha.com

Eduardo Ernesto Vicente²

Instituto Superior Politécnico Maravilha, Angola
eduardoernestovicente@iscte-iul.pt

Resumo

A projecção da identidade cultural nacional é um dos desafios centrais das nações em processo de consolidação política e simbólica. No caso de Angola, a questão torna-se ainda mais urgente diante da crescente globalização e das dinâmicas de dominação cultural. Este ensaio tem como finalidade discutir o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) na promoção externa da cultura angolana, articulando conceitos de soberania cultural, soft power e epistemologia africana. Nestes termos, o presente estudo parte da seguinte questão: como as Instituições de Ensino Superior angolanas podem contribuir para a projecção da identidade cultural nacional à escala mundial? Para responder a esta interrogação, adota-se uma metodologia de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. A análise ancora-se na tipologia da UNESCO sobre políticas culturais, na literatura africana sobre epistemologias locais e nos dados secundários sobre a produção científica no continente, estabelecendo um diálogo crítico com autores que abordam a cultura como instrumento de poder. A partir deste cruzamento teórico-empírico, argumenta-se que a universidade deve desempenhar um papel central na produção e difusão do conhecimento local, sugerindo

¹Doutorando em Estudos Globais e do Desenvolvimento. Mestre em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Lusíada de Angola. Docente do Instituto Superior Politécnico Maravilha.

² Pós-graduado em Desenvolvimento Curricular e Inovação Educativa. Mestrando em História Moderna. Docente do Instituto Superior Politécnico Maravilha.

caminhos para que as Instituições de Ensino Superior deixem de ser apenas reprodutoras de saberes externos e se tornem polos de afirmação cultural e científica.

Palavras-chave: Identidade cultural; Ensino superior; Produção científica.

Abstract

Projecting a national cultural identity is one of the key challenges facing nations undergoing political and symbolic consolidation. In the case of Angola, this issue becomes even more pressing amid increasing globalisation and the dynamics of cultural domination. The aim of this essay is to discuss the role of Higher Education Institutions (HEIs) in the external promotion of Angolan culture, linking concepts of cultural sovereignty, soft power, and African epistemology. In this context, the present study begins with the following question: how can Angolan Higher Education Institutions contribute to the projection of national cultural identity on a global scale? To answer this question, a qualitative and exploratory methodology is adopted, grounded in bibliographic and documentary research. The analysis draws on UNESCO's typology of cultural policies, African literature on local epistemologies, and secondary data on scientific output on the continent to establish a critical dialogue with authors who address culture as an instrument of power. Based on this theoretical-empirical intersection, it is argued that the university should play a central role in the production and dissemination of local knowledge, suggesting ways for higher education institutions to cease being mere reproducers of external knowledge and become hubs of cultural and scientific affirmation.

Keywords: Cultural identity; Higher education; Scientific production.

Résumé

La promotion de l'identité culturelle nationale est l'un des défis majeurs auxquels sont confrontées les nations en phase de consolidation politique et symbolique. Dans le cas de l'Angola, cette question revêt un caractère d'urgence accru face à la mondialisation croissante et aux dynamiques de domination culturelle. Cet essai a pour objectif de discuter du rôle des établissements d'enseignement supérieur (EES) dans la promotion de la culture angolaise à l'étranger, en articulant les concepts de souveraineté culturelle, de soft power et d'épistémologie africaine. En ce sens, la présente étude part de la question suivante : comment les établissements d'enseignement supérieur angolais peuvent-ils contribuer à la projection de l'identité culturelle nationale à l'échelle mondiale ? Pour répondre à cette question, nous adoptons une méthodologie qualitative et exploratoire, fondée sur une recherche bibliographique et documentaire. L'analyse s'appuie sur la typologie de l'UNESCO relative aux politiques culturelles, sur la littérature africaine portant sur les épistémologies locales, ainsi que sur des données secondaires relatives à la production scientifique sur le continent, tout en établissant un dialogue critique avec des auteurs qui abordent la culture comme un instrument de pouvoir. À partir de ce croisement théorique et empirique, nous soutenons que l'université doit jouer un rôle central dans la production et la diffusion des savoirs locaux, en proposant des pistes pour que les établissements d'enseignement supérieur cessent d'être de simples

reproducteurs de savoirs externes et deviennent des pôles d'affirmation culturelle et scientifique.

Mots-clés: Identité Culturelle; Enseignement supérieur; Production scientifique.

Introdução

A cultura constitui um dos pilares essenciais da soberania de um povo e da sua capacidade de se afirmar no sistema internacional. No contexto das sociedades contemporâneas, marcadas pela intensificação da globalização, pelas dinâmicas do neoliberalismo cultural e pela hegemonia simbólica das potências centrais, a projecção cultural deixou de ser apenas uma dimensão simbólica para se tornar um instrumento estratégico de poder, influência e desenvolvimento (Nye, 2004; Hall, 1997). O poder suave (soft power), enquanto capacidade de atrair por meio de valores, narrativas e expressões culturais, é hoje uma das principais armas geopolíticas não convencionais. Diante desse cenário, a afirmação da identidade cultural angolana no espaço global passa necessariamente por um esforço deliberado de valorização interna, de produção científica local e de projecção estratégica da diversidade cultural do país.

Este ensaio resultou de uma comunicação apresentada no dia 21 de junho de 2024, no âmbito do “VI Festival Cultural do Instituto Superior Politécnico Maravilha de Benguela”, no painel intitulado “As implicações da identidade cultural na produção externa e o contributo das Instituições de Ensino Superior na massificação da cultura de Angola”, promovido no quadro das actividades de extensão universitária. A iniciativa demonstrou, na prática, o papel transformador das Instituições de Ensino Superior (IES) na promoção da cultura e no diálogo entre a academia, a comunidade e as políticas públicas. Este texto propõe-se, portanto, a aprofundar academicamente a reflexão suscitada na ocasião, ancorando-se na literatura científica relevante e em marcos institucionais internacionais.

O presente ensaio estrutura-se em torno de três eixos principais: (1) a análise do estado atual da cultura angolana e de sua visibilidade global; (2) a discussão sobre os desafios e as possibilidades da projecção da identidade cultural no contexto das epistemologias

do Sul; e (3) o papel das IES na produção, sistematização e internacionalização do saber local. Para tal, mobiliza-se a tipologia da UNESCO (2009) sobre políticas culturais, dados recentes sobre a produção científica africana (UNESCO, 2021) e experiências comparadas de projecção cultural bem-sucedida, como os casos dos Estados Unidos, da Nigéria e da África do Sul.

Conforme destaca Cabral (1974), “a libertação de um povo começa pela libertação da sua cultura” (p. 29). Assim, torna-se imperioso reconhecer as IES não apenas como espaços de ensino e investigação, mas também como centros estratégicos de construção e projecção de soberania epistémica, capazes de reposicionar Angola no mapa das culturas do mundo.

Enquadramento teórico

Políticas Culturais e o Papel do Estado: Uma Tipologia da UNESCO

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2009) propôs uma tipologia de políticas culturais que distingue três grupos de países:

- **Grupo 1:** Estados em que a cultura é plenamente integrada às políticas públicas e considerada essencial para a coesão social.
- **Grupo 2:** Estados com orientação directiva, nos quais o Estado assume a liderança na promoção cultural, diante da limitada capacidade da iniciativa privada.
- **Grupo 3:** Estados com modelos descentralizados e participativos, onde há forte colaboração entre Estado, sector privado e sociedade civil.

Angola, herdeira de estruturas centralizadas derivadas de uma experiência socialista, encaixa-se predominantemente no segundo grupo. A centralização das decisões culturais, embora tenha garantido alguma preservação de elementos identitários, ainda limita a participação de outros actores na dinâmica da projecção cultural.

Cultura e Poder: O Cenário da Globalização

A globalização transformou profundamente as dinâmicas do poder simbólico. Como observa Bauman (2001), o poder está em todo lugar e em lugar nenhum, operando de forma difusa e invisível. A cultura, nesse cenário, torna-se um campo estratégico. Para o pensador angolano Mbagula Katúmua, a actual disputa internacional é “uma guerra por almas e corações”, mais do que por territórios.

Nesse sentido, retoma-se o alerta de Huntington (1996), para quem os conflitos do século XXI seriam menos ideológicos e mais civilizacionais, com a cultura tornando-se a principal linha de clivagem. Assim, a construção e projecção de uma identidade cultural forte deixam de ser luxos académicos para se tornarem exigências geoestratégicas.

O estado da cultura em Angola

A cultura angolana é marcada por uma profunda diversidade étnico-linguística e por um processo histórico de fragmentação e reconstrução identitária. No entanto, a herança colonial e os longos anos de guerra civil limitaram a consolidação de políticas culturais estruturadas e coerentes. De acordo com Nascimento (2020), “a política cultural em Angola ainda se encontra em estado embrionário, muitas vezes reduzida a manifestações festivas e à gestão de património, sem articulação com o sistema educativo e científico” (p. 57).

Por sua vez, Teta (2017) reforça que “a cultura em Angola continua à margem das políticas de desenvolvimento nacional e carece de um plano estratégico de valorização e internacionalização” (p. 83). A ausência de uma política de Estado robusta, integrada e transestorial tem impedido que a cultura desempenhe seu papel estruturante na construção da cidadania e da soberania simbólica.

Adicionalmente, Kandjimbo (2014) argumenta que a fragilidade do sector cultural é também consequência da ausência de uma crítica cultural sistematizada e de um campo intelectual consolidado que pense Angola a partir de si mesma. Para o autor, “a

cultura angolana precisa de se libertar da tutela do poder político e da lógica do mercado, de modo a afirmar-se como espaço autónomo de criação e reflexão” (Kandjimbo, 2014, p. 112).

Os desafios da projecção da identidade cultural angolana

A projecção da identidade cultural angolana no exterior tem sido limitada por vários factores: escassa produção cultural sistematizada, fraca presença nos circuitos internacionais, dependência de modelos eurocêtricos e ausência de investimento público estruturado. A esse respeito, Thiong’o (2009), embora não fale directamente de Angola, oferece uma reflexão útil ao afirmar: “a base da dominação colonial era a submissão da mente, e isso se fazia pela cultura. A descolonização deve começar pela descolonização da cultura” (p. 16).

Em Angola, a descolonização cultural ainda é um processo em construção. A ausência de uma estratégia nacional de diplomacia cultural limita a projecção externa de uma identidade angolana forte. Teta (2017) observa que “sem produção simbólica própria, Angola corre o risco de ser consumidora passiva da globalização cultural, perdendo a oportunidade de afirmar sua voz no concerto das nações” (p. 92).

Por outro lado, há sinais positivos. O crescimento da produção cinematográfica local, a valorização de línguas nacionais, e a crescente projecção de artistas angolanos em espaços lusófonos indicam possibilidades. Entretanto, como alerta Mbembe (2016), “não basta ocupar os espaços: é preciso criar novas narrativas e epistemologias que desafiem as formas hegemónicas de representação” (p. 124).

A Aculturação e o Sincretismo Positivo

Importa sublinhar que a aculturação não deve ser interpretada, de forma automática, como um processo de perda ou diluição identitária. Pelo contrário, quando orientado por critérios críticos, metodológicos e estratégicos, o sincretismo cultural pode constituir uma via profícua para a construção de identidades híbridas, adaptativas e criativas. Como afirma Diop (1981), a valorização da história africana deve abrir espaço

para um “universalismo estratégico”, isto é, uma abertura ao mundo que não signifique submissão, mas sim a reafirmação da soberania cultural local.

Essa abordagem torna-se ainda mais pertinente no contexto da globalização contemporânea, em que os processos de contacto cultural são inevitáveis e contínuos. Hoje, poucas culturas permanecem “puras”; ao invés disso, as culturas contemporâneas são essencialmente compostas por selecções, ressignificações e reinvenções de elementos diversos. O verdadeiro desafio, portanto, não está na hibridez em si, mas sim em evitar uma hibridez imposta, silenciosa e funcional aos interesses de dominação simbólica.

Neste cenário, o conceito de *soft power*, desenvolvido por Nye (2004), revela-se extremamente útil para compreender a disputa simbólica em curso. O *soft power* refere-se à capacidade de um país influenciar outros através da atracção cultural, valores e narrativas, em contraste com o uso da força (*hard power*). As grandes potências culturais contemporâneas, como os Estados Unidos, a China e a França, investem pesadamente em estratégias de *soft power*, promovendo sua cultura por meio do cinema, da língua, da educação e da diplomacia cultural.

Angola, com sua riqueza cultural, diversidade étnico-linguística e forte produção simbólica local (música, dança, literatura, moda, gastronomia), possui um potencial significativo para desenvolver uma estratégia nacional de *soft power*, particularmente no espaço africano e lusófono. A música angolana (Kizomba, Semba e o Kuduro), por exemplo, já goza de certa popularidade internacional. A literatura contemporânea também tem ganhado visibilidade, e as manifestações culturais urbanas são cada vez mais consumidas pela juventude africana em outras nações (Brasil, Moçambique, Guiné Bissau, Portugal). Contudo, para que esse potencial se transforme em vector de desenvolvimento, é preciso uma política cultural articulada, que envolva as instituições de ensino superior, os agentes culturais, o sector privado e o Estado. As Instituições de Ensino Superior (IES), em particular, devem produzir conhecimento crítico sobre os elementos culturais locais, sistematizá-los, traduzi-los em conteúdos estratégicos e

colaborar na sua difusão internacional, por meio de intercâmbios, produções científicas, parcerias com centros culturais e cooperação com instituições estrangeiras.

Assim, a hibridez cultural, longe de ser um risco à identidade, pode tornar-se um recurso estratégico de inserção internacional, desde que Angola se aproprie criticamente da sua produção simbólica e projectá-la de forma soberana. Como bem alerta Mbembe (2016), “a cultura africana não pode continuar a ser pensada apenas como herança: deve ser pensada como potência de criação e de futuro” (p. 137).

Hegemonia Cultural Global e Modelos de Sucesso

Os Estados Unidos da América constituem, sem dúvida, o exemplo mais emblemático do uso estratégico da cultura como instrumento de poder global. Como destaca Zakaria (2011), o domínio norte-americano sobre sectores como o cinema (Hollywood), a tecnologia de ponta (Apple, Google, Microsoft) e as plataformas digitais (Facebook, Instagram, X) não é apenas económico, mas essencialmente simbólico: essas ferramentas operam como extensões da política externa americana, moldando imaginários, estilos de vida e aspirações em todo o mundo. O conteúdo mediático produzido nos EUA não apenas circula globalmente, mas influencia normas culturais e valores políticos, consolidando o *soft power* norte-americano, conforme o conceito formulado por Nye (2004).

O conceito de *soft power*, formulado por Nye (2004), descreve precisamente esse tipo de influência que não se impõe pela força militar ou pela coerção económica, mas pela capacidade de atrair e persuadir através de valores culturais, sistemas de ensino, mídia e estilos de vida. Nesse sentido, a produção cultural dos EUA constitui um verdadeiro vetor de poder geopolítico.

A academia norte-americana tem contribuído decisivamente para a construção e análise dessa estratégia de influência. Universidades como Harvard, Stanford, MIT e University of Southern California (USC), mantêm centros de pesquisa dedicados à cultura, media e política internacional. O Center for Cultural Policy Analysis da USC,

por exemplo, publica estudos sobre o impacto global das indústrias criativas norte-americanas e sobre como o entretenimento é usado como ferramenta diplomática.

A revista *Cultural Trends* e o *Journal of Cultural Economics*, com forte presença de autores vinculados a universidades americanas, oferecem dados empíricos e análises teóricas sobre o alcance internacional da música pop, das séries de TV e do cinema dos EUA. Por exemplo, estudos de Flew (2016) e Hesmondhalgh (2019) demonstram como séries produzidas pela Netflix, maioritariamente norte-americana, contribuem para difundir valores de liberdade individual, consumo, diversidade e empreendedorismo, pilares da cultura política liberal ocidental.

Além disso, a *School of Foreign Service* da *Georgetown University* e o *Shorenstein Center* da *Harvard Kennedy School*, têm desenvolvido pesquisas sobre o papel das plataformas digitais como actores geopolíticos informais. Esses estudos observam como a curadoria algorítmica afecta a percepção global sobre democracia, direitos humanos e modelos de sociedade, quase sempre referenciados no padrão norte-americano (Napoli, 2019; Bennett & Livingston, 2018). Tais investigações reforçam que a infraestrutura digital dos EUA, alimentada por dados e controlada por corporações nacionais, funciona como um instrumento silencioso de projecção de valores culturais e políticos.

A análise dessas experiências demonstra que a cultura, para os EUA, é simultaneamente mercadoria, símbolo e arma diplomática. A exportação de narrativas, através de filmes, redes sociais, videojogos, literatura e marcas tecnológicas, configura um modelo de projecção cultural deliberado, sistemático e sustentado por infraestruturas de produção científica robustas. Como observa Miller (2021), a construção da hegemonia cultural norte-americana foi acompanhada por investimentos consistentes em universidades, centros de pesquisa e *think tanks* dedicados à análise estratégica da cultura e da comunicação global.

No continente africano, países como Nigéria e África do Sul despontam como referências emergentes de projecção cultural bem-sucedida. A Nigéria, com a ascensão

meteórica de Nollywood, consolidou a segunda maior indústria cinematográfica do mundo em número de filmes produzidos, superando Hollywood em volume e ficando atrás apenas da Índia (Bollywood). Segundo a UNCTAD (2021), Nollywood emprega mais de um milhão de pessoas e contribui com cerca de 2,3% do PIB nigeriano. Mais importante ainda, tornou-se um veículo poderoso de difusão da identidade nigeriana, das suas línguas locais, modos de vestir, música e religião para toda a África e a diáspora africana.

Contudo, o sucesso da cultura norte-americana no exterior não é apenas fruto do dinamismo das indústrias criativas, mas também de um ecossistema académico e institucional que legitima, interpreta e projecta esses produtos como extensões do poder nacional. Esta realidade oferece importantes lições para países africanos como Angola, onde as instituições de ensino superior ainda carecem de políticas claras de articulação entre cultura, ciência e projecção internacional. Como defendem Thussu e de Burgh (2020), nenhuma estratégia de *soft power* pode ser sustentável sem uma base académica e intelectual que a fundamente e a legitime globalmente.

O papel das Instituições de ensino superior em Angola e o Desafio da Produção Científica

As Instituições de ensino superior em Angola enfrentam o desafio urgente e estratégico de romper com a lógica da reprodução de saberes exógenos e afirmar-se como espaços de criação de conhecimento crítico, enraizado na realidade nacional. Esta tarefa, além de académica, é política e civilizacional, na medida em que diz respeito à soberania cognitiva de um país e sua capacidade de interpretar-se e projectar-se no mundo a partir dos seus próprios referenciais.

Segundo Varela (2013), “a universidade angolana deve ser um espaço de promoção da cultura, investigação crítica e extensão comprometida com a realidade nacional” (p. 49). A tríade ensino–investigação–extensão, deve estar centrada nos desafios do país, contribuindo para a construção de uma ciência útil, socialmente situada e epistemologicamente emancipada. No entanto, os dados disponíveis revelam uma

realidade preocupante. O relatório da UNESCO (2010) aponta que os países africanos produzem menos de 1% da ciência mundial, com uma taxa de citação de autores africanos inferior a 0,5% nas principais bases de dados científicas.

Essa marginalização epistémica é particularmente grave nos países africanos lusófonos, onde o modelo de ensino superior herdado do colonialismo português permanece dominante, com excessiva dependência de manuais, metodologias e currículos alheios às realidades locais. Em Angola, por exemplo, muitos programas de pós-graduação ainda carecem de linhas de pesquisa voltadas para temas estruturantes como território, culturas locais, línguas nacionais, práticas tradicionais de mediação de conflitos ou sistemas comunitários de produção de conhecimento.

Neste contexto, a crítica de Kouamé (2019) é incisiva: “a universidade africana deve romper com a subalternidade epistemológica e produzir saberes a partir das suas próprias experiências históricas e culturais” (p. 77). O conhecimento importado, mesmo quando útil, não pode substituir a experiência local como ponto de partida da reflexão científica. Em vez de olhar para fora como medida de tudo, a academia angolana deve construir referenciais internos de validação do saber.

A defesa dessa postura é amplamente sustentada pelos autores da chamada epistemologia do Sul, como Santos (2010), que defende a valorização dos saberes produzidos nas margens do sistema-mundo: “não há justiça social global sem justiça cognitiva” (p. 18). Para ele, o Sul não é apenas uma localização geográfica, mas um espaço simbólico de resistência epistémica, onde múltiplas racionalidades, negadas ou invisibilizadas, devem ser recuperadas e sistematizadas. Essa proposta encontra eco no pensamento de Teta (2017), que alerta que “a academia angolana corre o risco de se tornar uma mera repetidora de saberes externos se não desenvolver epistemologias próprias”.

Comparativamente, países como a África do Sul, o Egito e a Nigéria têm avançado na produção científica nacionalizada, com políticas públicas que valorizam a investigação local e incentivam a publicação de autores nacionais. A África do Sul, por exemplo, tem

um sistema robusto de financiamento à pesquisa e indicadores de impacto científico que incluem a relevância social da investigação. Já a Nigéria, com sua densa rede de universidades federais, tem investido na internacionalização de suas humanidades e ciências sociais, com base em temas locais, como o pan-africanismo, o cinema popular (Nollywood) e as religiões tradicionais.

No caso angolano, é imperioso que a produção de saber ocorra em Angola, por angolanos e com relevância para Angola, como condição indispensável para que essa produção tenha projecção e reconhecimento internacional. A ciência só alcança valor global quando se ancora em sua legitimidade local. Como adverte Cabral (1974), “ninguém liberta ninguém. Cada povo se liberta a si mesmo, e isso começa pela libertação da sua consciência e da sua cultura” (p. 29). A universidade angolana, nesse sentido, deve assumir um papel de liderança intelectual, não apenas na formação de quadros técnicos, mas na produção de uma consciência nacional crítica e comprometida com o desenvolvimento.

Contudo, o desafio da produção do saber local é também uma oportunidade de desenvolvimento estrutural, pois uma ciência enraizada nas realidades nacionais contribui directamente para a formulação de políticas públicas mais eficazes, para o fortalecimento das instituições democráticas e para a projecção internacional de Angola como produtora e exportadora de conhecimento.

Eixos estratégicos para a produção científica sobre o saber local

Para concretizar esse objectivo, as instituições de ensino superior angolanas devem desenvolver programas de investigação e publicações científicas focadas em áreas específicas e estratégicas que buscam emancipar a Cultura Urbana e Popular Angolana, como:

Música tradicional e urbana

- Estudar e documentar os estilos musicais como *semba*, *kizomba*, *rebita*, *tchianda* e suas variações regionais;

- Mapear as práticas musicais dos diversos grupos étnicos e suas relações com a identidade nacional;
- Criar arquivos sonoros e centros de pesquisa em musicologia angolana.
- Promover esses estudos em revistas como *Ethnomusicology*, *African Music* ou *Popular Music and Society*.

Línguas nacionais e diversidade linguística

- Desenvolver projectos de descrição e revitalização das línguas nacionais (quimbundu, umbundu, tchokwe, etc.);
- Produzir gramáticas, dicionários, literatura infantil, materiais pedagógicos e plataformas digitais bilingues;
- Publicar em revistas indexadas como *Language Documentation & Conservation* ou *Journal of African Languages and Linguistics*;

Grupos étnicos e saberes tradicionais

- Documentar as cosmovisões, práticas agrícolas, medicinais, jurídicas e espirituais das comunidades locais;
- Estudar o papel das autoridades tradicionais na resolução de conflitos e na coesão social;
- Contribuir para essas pesquisas no campo das ciências sociais aplicadas e da antropologia pública.

Potencialidades económicas e turísticas locais

- Realizar estudos aplicados sobre cadeias produtivas locais, agricultura familiar, mineração artesanal, pesca comunitária e turismo étnico e ecológico;
- Mapear zonas com vocação turística e elaborar roteiros culturais, com base científica, de modo a fomentar o turismo rural e a subsequente valorização das tradições rurais;

- Publicar em revistas como *African Journal of Economic Policy, Tourism Geographies* e *Development Southern Africa*.

Cultura, folclore e património imaterial

- Sistematizar, com rigor metodológico, lendas, danças, provérbios, mitos e práticas festivas;
- Criar catálogos digitais de bens imateriais, com o apoio da UNESCO e da CPLP;
- Participar de redes internacionais de salvaguarda do património cultural.

Da produção científica à projecção internacional

É imperioso que esses saberes, uma vez sistematizados, sejam publicados em revistas científicas indexadas, multilíngues, revisadas por pares, com circulação internacional. Para isso, as instituições de ensino superior devem:

- Criar **grupos de pesquisa interdisciplinares**, com professores e estudantes orientados à produção científica aplicada à realidade angolana;
- Estimular a redacção de artigos científicos em português, inglês e francês, com apoio institucional para tradução e revisão;
- Promover **revistas científicas angolanas próprias**, com critérios internacionais de indexação (como *Scopus, Web of Science, DOAJ, SciELO*);
- Fomentar a participação regular de docentes e investigadores em **congressos e simpósios internacionais**, nos quais possam apresentar Angola como polo de produção de conhecimento original;
- Estabelecer **protocolos de cooperação com universidades africanas, latino-americanas e asiáticas**, com foco em epistemologias do Sul.

Ciência e cultura como vectores de desenvolvimento e diplomacia

A projecção internacional do conhecimento local tem implicações directas para o desenvolvimento nacional. Estudos sobre culturas locais e potencialidades económicas, quando bem-apresentados, atraem interesse estrangeiro, contribuem

para o *branding* internacional do país, fortalecem o turismo cultural e informam investidores e parceiros de cooperação internacional.

Além disso, como ensina Nye (2004), o *soft power* é construído a partir da capacidade de atrair e persuadir, e não de impor. Países como os Estados Unidos da América, China, Coreia do Sul, França e Brasil desenvolveram sua influência global apoiando-se na exportação da sua cultura, música, língua e criatividade. Angola pode fazer o mesmo, desde que sua produção simbólica seja tratada com seriedade, ciência e estratégia.

Assim sendo, o papel das instituições de ensino superior não é apenas formar técnicos e gestores, mas também pensadores, documentadores e intérpretes da Nação. Como alertava Cabral (1974), a libertação política não será completa sem a libertação cultural e cognitiva: “Cada povo se liberta a si mesmo, e isso começa pela libertação da sua consciência e da sua cultura” (p. 29).

Considerações Finais

A afirmação cultural de Angola no cenário global não poderá ocorrer plenamente sem uma reconfiguração profunda do papel das Instituições de Ensino Superior (IES). Estas devem abandonar o lugar subalterno de meras reprodutoras de teorias e paradigmas importados e assumir-se como espaços geradores de conhecimento crítico, historicamente situado, com base nas realidades locais, nas línguas nacionais, nas tradições orais, na diversidade étnica e nas potencialidades socioculturais e económicas do país.

Tal reposicionamento epistemológico exige, acima de tudo, um compromisso com a descolonização do saber. Como enfatiza Santos (2010), é imperioso construir uma "ecologia de saberes" em que os conhecimentos locais e ancestrais sejam reconhecidos como válidos, sistematizados e internacionalizados. A superação da epistemologia eurocêntrica dominante passa por reverter o fluxo unidireccional de saberes, do Norte para o Sul, e por elevar Angola à condição de sujeito cognoscente no sistema-mundo científico.

Para que as IES possam exercer plenamente essa missão histórica e estratégica, são necessárias acções concretas e estruturantes:

- **Reforçar o investimento na investigação científica**, não apenas em áreas tecnológicas, mas também nas ciências sociais, nas artes, nas humanidades, na linguística e nos estudos culturais, assegurando a criação de centros de excelência que investiguem a realidade angolana em profundidade;
- **Estabelecer políticas editoriais robustas e soberanas** que valorizem e publiquem o trabalho de académicos angolanos em revistas científicas de rigor metodológico e com visibilidade internacional. Isso inclui o fortalecimento de periódicos nacionais e o incentivo à publicação em línguas de circulação global (como inglês e francês), sem abandonar o português e as línguas nacionais como idiomas científicos;

- **Incentivar parcerias intra-africanas e com a diáspora africana**, promovendo redes de investigação com base em agendas do Sul Global. Essa cooperação horizontal é vital para romper o isolamento académico e reforçar a construção de uma ciência africana transnacional, enraizada nas especificidades históricas e culturais do continente;
- **Formar intelectuais comprometidos com a soberania epistémica africana**, capazes de investigar, ensinar e intervir na realidade com consciência histórica, competência técnica e visão transformadora. Como defende Thiong'o (1986), é preciso “descolonizar a mente”, ou seja, libertar-se das hierarquias cognitivas impostas e revalorizar os modos africanos de conhecer, narrar e interpretar o mundo.

Nesse contexto, as universidades angolanas devem tornar-se actores centrais do *soft power* cultural do país, projectando internacionalmente a música tradicional, as línguas nacionais, o folclore, os saberes ancestrais, os recursos turísticos e os modelos de convivência comunitária, com base em investigação científica rigorosa. Esses conhecimentos, quando sistematizados e apresentados em congressos internacionais e revistas indexadas, não apenas enriquecem o repertório científico global, mas também atraem investimentos, fomentam o turismo cultural e consolidam Angola como produtor de valor simbólico e intelectual no sistema internacional.

Como advertia Cabral (1974), o inimigo mais perigoso é o inimigo na nossa própria cabeça. Trata-se do colonialismo mental, da dependência epistémica, do desprezo pelo saber local. Compete às universidades angolanas o dever histórico de combater esse inimigo, não com armas, mas com pensamento crítico, ciência situada e cultura viva. Essa é, talvez, a maior batalha do século XXI: a batalha pelo direito de pensar o mundo a partir de nós mesmos.

Referências Bibliográficas

- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bennett, W. L., & Livingston, S. (2018). The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. *European Journal of Communication*, 33(2), 122–139. https://doi.org/10.1177/0267323118760317[https://doi.org/10.1177/0267323118760317]
- Cabral, A. (1974). *Unity and struggle: Speeches and writings* (1st ed.). New York: Monthly Review Press.
- Diop, C. A. (1981). *Civilization or barbarism: An authentic anthropology*. Brooklyn, NY: Lawrence Hill Books.
- Huntington, S. P. (1996). *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Simon & Schuster.
- Kandjimbo, L. (2014). *Ensaio de crítica cultural*. Luanda: Chá de Caxinde.
- Kouamé, A. (2019). African universities and epistemic freedom: Between autonomy and dependence. *CODESRIA Bulletin*, (1–2), 70–83. <https://codesria.org/?p=10697>
- Mbembe, A. (2016). *Crítica da razão negra* (M. da Costa, Trad.). Lisboa: Antígona. (Original publicado em 2013)
- Miller, T. (2021). *Cultural citizenship: Cosmopolitanism, consumerism, and television in a neoliberal age*. Temple University Press.
- Nascimento, D. do. (2020). Cultura e identidade nacional em Angola: Caminhos e contradições. *Revista Angolana de Ciências Sociais*, 5(1), 50–63. <https://racsvs.sciendo.com>
- Napoli, P. M. (2019). *Social media and the public interest: Media regulation in the disinformation age*. Columbia University Press.

- Ngũgĩ wa Thiong’o. (2009). *Descolonizar a mente: A política da linguagem na literatura africana* (1ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Teta, P. (2017). *Educação e desenvolvimento em Angola: Perspectivas e desafios*. Luanda: MayambaEditora.
- Thussu, D. K. (2013). *Communicating India’s soft power: Buddha to Bollywood*. PalgraveMacmillan.
- Thussu, D. K., & de Burgh, H. (2020). *China’s Media Go Global: International Practices of the Chinese Media*. Routledge.
- UNESCO. (2009). *Investing in cultural diversity and intercultural dialogue*. Paris: UNESCO Publishing. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184755>
- UNESCO. (2010). *UNESCO science report: The current status of science around the world*. Paris: UNESCO Publishing. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000189753>
- UNESCO Institute for Statistics. (2020). *Global investment in R&D and researcher distribution*. <http://uis.unesco.org>
- Varela, F. (2013). Universidade, desenvolvimento e sociedade: O papel da extensão universitária. *Revista Científica da UAN*, 5(1), 45–59. Universidade Agostinho Neto.
- Zakaria, F. (2011). *The post-American world: Release 2.0*. New York: W. W. Norton & Company.

Recebido: 31/07/2025

Aceite: 14/04/2026



Este artigo está licenciado sob a licença: [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Científica Multidisciplinar N’ Kwa Zayi.